



910 - COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA INSERÇÃO DO DIU EM MULHERES COM DEFICIÊNCIA

S.S. Sousa, E.R. Maia, G.F. Sousa, M.E. Baltazar, A.M. Nascimento, P.C. Oliveira, A.K. Santos, K.V. Silva, R.N. França

Universidade Regional do Cariri (URCA); Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE); Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte (Estácio FMJ).

Resumen

Antecedentes/Objetivos: A inserção do dispositivo intrauterino na Atenção Primária à Saúde constitui estratégia fundamental para ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo. Entretanto, mulheres com deficiência enfrentam barreiras arquitetônicas, organizacionais e atitudinais que limitam o cuidado contraceptivo. Objetivou-se analisar as competências de médicos e enfermeiros da estratégia saúde da família para inserção do dispositivo intrauterino, com especial atenção às mulheres com deficiência, identificando lacunas formativas e organizacionais que subsidiem o desenvolvimento de tecnologia educacional.

Métodos: Estudo qualitativo, exploratório-descritivo, realizado em 2025 com médicos e enfermeiros da Estratégia Saúde da Família de município do Ceará, Brasil. Os dados foram produzidos por entrevistas semiestruturadas e analisados segundo a Análise de Conteúdo temática. As competências foram examinadas nas dimensões conhecimentos, atitudes e habilidades práticas.

Resultados: Evidenciaram-se fragilidades nos conhecimentos normativos e nas diretrizes relacionadas à saúde da pessoa com deficiência, insegurança profissional diante da inserção do dispositivo intrauterino e limitações nas habilidades práticas, especialmente entre enfermeiros. Médicos apresentaram maior domínio técnico do procedimento, porém com lacunas na abordagem ampliada e inclusiva do cuidado. Barreiras organizacionais e ausência de protocolos institucionais favoreceram condutas defensivas e encaminhamentos desnecessários. Emergiram demandas por instrumento estruturador da prática assistencial.

Conclusões/Recomendações: As competências profissionais para inserção do dispositivo intrauterino na Atenção Primária à Saúde mostram-se heterogêneas e condicionadas por fatores institucionais. O desenvolvimento de protocolo assistencial contextualizado apresenta potencial para promover cuidado contraceptivo mais equitativo, inclusivo e resolutivo. Recomenda-se validação e avaliação de efetividade da tecnologia em diferentes cenários.

Financiamento: Ministério da Saúde do Brasil.